



ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA (CGOV) 2021

Ata da Reunião do Comitê de Governança Institucional 2021, realizada no dia 19 de maio de 2021, às 9 horas, na sala de Reunião da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sob a organização da Coordenadoria de Gestão Estratégica.

1. OBJETIVO

- Aprovação da proposta do Plano Estratégico do TRT6 ciclo 2021-2026.

2. PARTICIPANTES

Na reunião, estiveram presentes os seguintes membros do Comitê de Governança Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região:

- **Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino** - Desembargadora Presidente do TRT6
- **Nise Pedroso Lins de Sousa** - Desembargadora Vice-Presidente do TRT6
- **Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura** - Desembargador Corregedor do TRT6
- **Ana Catarina Cisneiros Barbosa de Araújo** - Juíza Auxiliar da Corregedoria
- **Katia Keitiane da Rocha Porter** - Juíza Representante do Comitê Gestor Regional do 1º Grau
- **Luciano José Falcão Lacerda** - Secretário Geral da Presidência
- **Érika Antunes de Araújo Gusmão** - Diretora Geral de Secretaria
- **Elisabete Duarte de Sousa Alves** - Coordenadora da Gestão Estratégica

2. APRESENTAÇÃO / DISCUSSÃO DA PAUTA

A reunião foi aberta pela Desembargadora Presidente Maria Clara Saboya, agradecendo a presença de todos.

Dando continuidade, a Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte, apresentou alguns esclarecimentos.

Informou que a **Política de Governança no âmbito do TRT6** foi instituída por meio do Ato TRT-GP 71/2017 e alterada pelo Ato TRT-GP n.º 307/2018.

A governança institucional é desdobrada e priorizada nas práticas relacionadas às seguintes áreas de conhecimento: gestão estratégica; tecnologia da informação e comunicação; pessoas e contratações.

A governança de gestão estratégica consiste na aplicação de princípios e práticas que assegurem a transparência e o envolvimento das partes interessadas no planejamento e na



execução da estratégia institucional. Envolvendo o estabelecimento da estratégia da organização, execução da estratégia e monitoramento da execução da estratégia.

Seguindo para o objetivo da reunião a análise e aprovação do Plano Estratégico do TRT6 para o ciclo 2021-2026 pelo Comitê de Governança Institucional, foi informado que o processo de construção do referido Plano teve início em fevereiro de 2020, passando pelas seguintes etapas:

- Fevereiro/2020 - Aprovação do Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho (Res CSJT nº 259);
- Maio/2020 - Análise de Ambiente do TRT6;
- Maio/2020 - Construção da proposta de Valores e de Visão do Futuro do TRT6;
- Outubro/2020 - Relatório de Diagnóstico do TRT6;
- Junho/2020 - Aprovação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário (Res CNJ nº 325);
- Março/2021 - Aprovação do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (Ato CSJT.GP.SG nº 34/2021);
- Maio/2021 - Análise e Aprovação da Minuta do Plano Estratégico do TRT6 pelo Comitê de Governança Institucional;
- Próxima etapa - Aprovação do Plano Estratégico do TRT6 pelo Tribunal Pleno;

O Plano Estratégico do TRT6 foi construído em alinhamento a Estratégia Nacional do Poder Judiciário e ao Plano Estratégico da Justiça do Trabalho.

A coordenadora de Gestão Estratégica destacou algumas diretrizes principais do CNJ e do CSJT para a construção dos Planos Estratégicos dos Tribunais.

A Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 foi Construída por meio de processos participativos, desenvolvidos pelos tribunais dos segmentos de justiça, coordenados pela Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.

Na Resolução CNJ nº 325/2020 foram estabelecidas as necessidades para os Tribunais de:

- Alinhar os Planos Estratégicos a Estratégia Nacional do Poder Judiciário;
- Observar o conteúdo dos Macrodesafios do Poder Judiciário, podendo incorporá-los, precisando constituir objetivos estratégicos, em alinhamento;
- Alinhar as propostas orçamentárias ao Plano Estratégico de modo a garantir os recursos necessários à sua execução;
- Promover a participação de magistrados de primeiro e segundo grau, servidores, entidades de classe na elaboração de seus planejamentos estratégicos, garantida a contribuição da sociedade;
- Proceder ao alinhamento a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, até 30 de junho de 2021.

Na Resolução CSJT nº 259/2020, que aprovou o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho, foram definidas as necessidades para os Tribunais de:



- Realizar processos participativos;
- Definição de etapas e cronograma para a construção do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho;
- Os processos participativos realizados para a construção do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, também subsidiam a elaboração da proposta de plano estratégico dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- Ter sua própria visão;
- Possibilidade de acrescentar valores, objetivos e indicadores (e metas associadas) aos já definidos para a JT;
- Possibilidade de mudar a redação dos objetivos da JT (mas não os indicadores e as metas).

Definiu ainda que o alinhamento dos Planos Regionais ao PE-JT se dá por contribuição:

- A Missão deve ser idêntica à da Justiça do Trabalho;
- Os objetivos estratégicos devem estar relacionados aos objetivos da Justiça do Trabalho de acordo com as especificidades do Tribunal Regional do Trabalho, sem necessidade de replicação textual, garantido, contudo, que comportem os indicadores e metas da Justiça do Trabalho;
- Os valores, os indicadores e as metas da Justiça do Trabalho devem ser replicados nos planos estratégicos dos Tribunais Regionais do Trabalho, sem prejuízo do acréscimo de outros relacionados às especificidades do respectivo Tribunal e aos objetivos estratégicos específicos a seus planos;
- Aprovação do plano estratégico dos Tribunais Regionais do Trabalho pelo Tribunal Pleno, até o mês de abril do primeiro ano de vigência do PE-JT. (alterado para maio).

No Ato CSJT nº 34/2021 que aprovou o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho para o ciclo 2021-2026, foram definidas as seguintes diretrizes para os Tribunais:

- Os objetivos devem ser desdobrados em indicadores, metas e iniciativas até o 4º ano de vigência do plano estratégico;
- A Cesta de Indicadores Estratégicos - CIE reúne as métricas de referência que devem ser adotadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho para a mensuração dos objetivos estratégicos de seus planos;
- O portfólio inicial de iniciativas nacionais incluirá as selecionadas no contexto do *Prêmio Cooperari*;
- Os Tribunais Regionais do Trabalho devem observar os objetivos definidos na estratégia da Justiça do Trabalho, evitando estabelecer outros;
- Adotar, no máximo, 2 (duas) metas para cada objetivo estratégico estabelecido pelos Tribunais Regionais do Trabalho.

Destacando ainda as regras abaixo:

- Evitar criar novos objetivos;
- Definir, no máximo, 2 metas para cada objetivo;



- Investir em iniciativas (ações, projetos e programas) para alavancar a estratégia;
- Incluir todas as Metas Nacionais aprovadas.

Com base nas diretrizes e regras definidas pelo CNJ e CSJT, o Comitê passou a analisar os elementos do Plano Estratégico do TRT6.

Iniciando pela **análise de ambiente do TRT6**, utilizando a Matriz SWOT, construída de forma participativa, foi aprovado:

Forças TRT6

- Qualificação de Magistrados e Servidores
- Comprometimento de Magistrados e Servidores
- Capacitações Continuadas
- Infraestrutura Tecnológica e de Sistemas
- Infraestrutura Física
- Implantação de Modelos de Governança Institucional
- Celeridade Jurisdicional
- Modelo Participativo de Planejamento Estratégico
- Processo Judicial e Administrativo eletrônico
- Compartilhamento de Boas Práticas
- Implantação dos Centros de Conciliação Regionais e Centros Itinerantes

Fraquezas TRT6

- Quadro Deficitário de Pessoal
- Desmotivação de Magistrados e Servidores
- Restrições e Cortes Orçamentários
- Falhas de Comunicação entre Unidades e Órgãos Judiciais
- Falta de alinhamento entre os Sistemas de Processo eletrônico e o Sistema de Gerenciamento de Dados Estatísticos da JT
- Falta de Uniformização da Gestão de Informação e de Dados
- Insuficiência de Recursos Orçamentários para Investimentos em Políticas de Inovação Tecnológica
- Baixo Comprometimento com a Estratégia

Oportunidades TRT6

- Reforço de Parcerias Institucionais
- Incentivo à Conciliação
- Inovações Tecnológicas



- Avanço do Trabalho Remoto com Produtividade e Qualidade

Ameaças TRT6

- Enfraquecimento da Justiça do Trabalho
- Desvalorização do Serviço Público
- Cenário Econômico Desfavorável
- Restrições Orçamentárias
- Reformas Trabalhista, Previdenciária e Administrativa
- Cenário de Incertezas nas Relações de Trabalho

Missão TRT6 - Utilizar a mesma da Justiça do Trabalho.

“Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

Visão de Futuro TRT6 - aprovada a proposta construída pelo TRT6

“Ser reconhecida como uma justiça célere, efetiva e comprometida com os direitos sociais.”

Valores TRT6 – aprovados os mesmos da Justiça do Trabalho por corresponder aos propostos pelo TRT6.

- Ética
- Eficiência
- Transparência
- Inovação
- Valorização das pessoas
- Segurança jurídica
- Acessibilidade
- Agilidade
- Sustentabilidade
- Efetividade
- Comprometimento
- Respeito à diversidade



Objetivos Estratégicos TRT6 – aprovada a utilização dos objetivos estratégicos da Justiça do Trabalho.

- Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais
- Promover o trabalho decente e a sustentabilidade
- Garantir a duração razoável do processo
- Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados
- Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas
- Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas
- Aperfeiçoar a Governança e a Gestão Estratégica
- Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira
- Desenvolver e implementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional
- Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados

Mapa Estratégico do TRT6 – aprovada a proposta na forma abaixo.



Metas e Indicadores 2021 - utilizar as metas e indicadores do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho.

Para o exercício de 2021, definidas como metas apenas as Metas Nacionais aprovadas para o Poder Judiciário. Ao longo do ciclo do Plano Estratégico outras metas e indicadores serão definidos, mantendo-se sempre obrigatoriamente as Metas Nacionais aprovadas.

Após a análise dos elementos do Plano Estratégico do TRT6 (2021-2026), foi destacada a "Cesta de Indicadores da JT", consistindo em indicadores aprovados pela JT, alinhados aos objetivos estratégicos que poderão ser incluídos nos Planos Regionais quando



forem inseridos no Plano da JT ou antecipadamente. Além desses indicadores que constam na cesta, outros podem ser inseridos considerando as especificidades regionais.

Após a explanação e análises, o Comitê aprovou o Plano Estratégico do TRT6 para o ciclo 2021-2026, na forma aqui apresentada.

Por fim, a Coordenadora de Gestão Estratégica informou que a proposta será submetida ao Pleno para aprovação final.

Os membros do Comitê, identificados a seguir, aprovam e assinam a respectiva ata.

<p><i>(assinado eletronicamente)</i> Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino Desembargadora Presidente do TRT6</p>
<p><i>(assinado eletronicamente)</i> Nise Pedroso Lins de Sousa Desembargadora Vice-Presidente do TRT6</p>
<p><i>(assinado eletronicamente)</i> Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura Desembargador Corregedor do TRT6</p>
<p><i>(assinado eletronicamente)</i> Ana Catarina Cisneiros Barbosa de Araújo Juíza Auxiliar da Presidência</p>
<p><i>(assinado eletronicamente)</i> Katia Keitiane da Rocha Porter Juíza Representante do Comitê Gestor Regional do 1º Grau</p>
<p><i>(assinatura digital)</i> Luciano Falcão de Lacerda Secretário Geral da Presidência</p>
<p><i>(assinado eletronicamente)</i> Érika Antunes de Araújo Gusmão Diretora Geral de Secretaria</p>
<p><i>(assinado eletronicamente)</i> Elisabete Duarte de Sousa Alves Coordenadora da Gestão Estratégica</p>